

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

001	Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, realizou-
002	se a centésima quinquagésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura
003	do Estado do Espírito Santo, online por meio da plataforma Zoom, com as presenças do
004	Secretário de Estado da Cultura, Fabricio Noronha Fernandes, Presidente do CEC; da
005	Subsecretária de Estado de Políticas Culturais, Carolina Ruas Palomares; da
006	Subsecretária de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura, Maria Thereza Bosi de
007	Magalhães, e dos conselheiros: Maria Verônica do Nascimento Gomes, Martha Almeida
008	Rocha - Câmara de Artes Cênicas; Daniel Gonçalves Morelo - Câmara de Artes Musicais;
009	Leandra Carla Moreira dos Santos e Lucas Guimarães Blunk Schuina - Câmara de
010	Audiovisual; Cristina Souza Bastos - Câmara de Artes Visuais; Daniela Coutinho Bissoli
011	e Júlia Pela Meneghel - Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos;
012	Sebastião Ribeiro Filho, Cloves Mendes Neto e Alessandro Montenegro Bayer - Câmara
013	de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; Vitor Taveira Rocha - Região
014	Metropolitana da Grande Vitória; Bruno Figueira Ramos - Região Centro-Norte; Luciana
015	de Souza - Região Sul; Rosimar Silva Domingos - Região Caparaó; Darci Surlo dos
016	Santos e Igor da Silva Christ - Região Serrana; Patrícia Cristine Viana David - PGE;
017	Fernanda Maia Lyrio e Cláudia Botelho - SEDU; Fernando Castro Rocha - SETUR; Anelise
018	Alvim Esteves - SEDURB; e Chander Rian de Castro Freitas - IEMA. Após a verificação,
019	havendo quórum, às quatorze horas e doze minutos, o Presidente saudou os novos
020	conselheiros eleitos, a equipe da SECULT e os que estavam acompanhando a reunião
021	por meio das redes sociais da SECULT. Em seguida, iniciou a reunião com o primeiro
022	item da pauta: discussão do retorno das reuniões para o formato presencial, que havia
023	migrado para o formato online devido a pandemia, com transmissão pelas redes da
024	SECULT. Disse que agora, com os novos conselheiros, entra em pauta essa discussão
025	para deliberação do formato presencial ou não. Abrindo a palavra para os conselheiros,
026	a conselheira Cristina perguntou a respeito do quórum, salientando que nas reuniões
027	presenciais, antes da pandemia, havia muita dificuldade de ter quórum para realizar as
028	reuniões, e se seria possível que elas fossem mistas, ou seja, presencial e virtual ao
029	mesmo tempo. O Presidente questionou se seria mista no sentido de algumas presenciais
030	e outras virtuais ou híbrido algumas pessoas online e outras presenciais. Quanto à
031	questão do quórum, a secretária executiva Angélica, informou que a participação nas
032	reuniões online havia aumentado de forma significativa, principalmente de conselheiros
033	representantes das Câmaras Regionais. O conselheiro Alessandro saudou os novos
034	conselheiros e disse que a reunião de forma híbrida possibilitaria maior participação dos
035	conselheiros de outros municípios, em contrapartida, por meio online perde-se muito
036	nas interações e trocas, principalmente por estarem como representantes da sociedade
037	civil. O conselheiro Bruno saudou a todos e perguntou a respeito do custeio, caso o
038	conselheiro tenha que vir para a reunião presencial, e votou à favor da reunião de forma
039	híbrida. A secretária executiva informou que tem um Decreto Estadual que prevê o
040	pagamento de uma diária para conselheiros, mas que é necessário solicitar com
041	antecedência. A secretária sugeriu que ele faça contato com a Prefeitura e solicite
042	transporte para participar das reuniões do CEC. O conselheiro Alessandro acrescentou
043	que a Lei do CEC diz que o conselheiro tem função de relevante interesse público e que
044	ele poderia pedir algum tipo de documento comprobatório para a SECULT, caso fosse
045	necessário. A conselheira Verônica Gomes disse que a reunião de forma online ou
046	presencial consegue atender suas demandas, contudo pensa que algumas pautas
047	poderiam ser presenciais, e pautas mais voltadas à gestão poderiam ser online, e
048	observou que de forma presencial possibilitaria a participação da sociedade. O Presidente
049	explicou que a tecnologia utilizada para a transmissão das reuniões de forma híbrida não
050	seria tão complexa e que seria possível conseguir, porém transmitir essas reuniões, já
051	demandaria uma complexidade tecnológica maior e teria dificuldade de seguir
052	transmitindo ao vivo pelo Youtube. O conselheiro Sebastião Ribeiro declarou-se favorável
053	à realização das reuniões de forma híbrida, principalmente pelas dificuldades dos

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

054 conselheiros das regiões. A conselheira Leandra pontuou que as reuniões online são
055 importantes, pois facilitam a participação e também pela transmissão ao vivo. A
056 conselheira Patrícia Cristine sugeriu uma posição de meio termo, pela importância de
057 pauta ou um terço das reuniões online. O conselheiro Alessandro disse que devemos
058 pensar grande em relação a transmissão das reuniões presenciais e toda a logística entre
059 transmissão de imagem e fala, apresentação de slides, bem como da participação do
060 público. O Presidente reforçou a complexidade de conseguir toda essa estrutura, e ainda
061 realizar a transmissão ao vivo. O conselheiro Fernando Rocha comentou sobre sua
062 experiência nas reuniões de formato híbrido do Conselho de Turismo, e observou que a
063 participação de quem está virtual não é tão efetiva quanto numa reunião exclusivamente
064 virtual, apoiando assim a sugestão da conselheira Patrícia, sendo algumas reuniões
065 presenciais e outras online. O Presidente recapitulou as propostas sugeridas da seguinte
066 forma: Primeira: Seguir online com transmissão no Youtube; Segunda: cem por cento
067 presencial, sem transmissão; Terceira: cem por cento híbrida, sem transmissão; e
068 Quarta: um calendário com reuniões presenciais, sem transmissão e com reuniões cem
069 por cento online, com transmissão. O conselheiro Vitor Taveira questionou qual seria a
070 complexidade de fazer reuniões no formato híbrido, que tem que ter conhecimento
071 técnico, mas que o CEC deveria caminhar para isso, que é obrigação do Conselho garantir
072 estrutura para o melhor funcionamento do CEC. O conselheiro Alessandro disse que não
073 gostaria de abrir mão da transmissão, mas que entende toda a logística de transmissão
074 e que é complexa. O Presidente esclareceu que as reuniões presenciais não teriam
075 transmissão, pois a SECULT não tem estrutura para isso. O conselheiro Alessandro disse
076 que, dessa forma, gostaria de incluir uma quinta proposta, que seria calendário com
077 reuniões online e de três em três meses reuniões presenciais com transmissão no
078 Youtube, mas o Presidente disse que não poderia garantir isso nesse momento, então a
079 proposta do conselheiro Alessandro se enquadraria na primeira proposta, seguir online,
080 até conseguir estrutura adequada para realizar as transmissões ao vivo da presencial. A
081 seguir, a secretária executiva iniciou a votação nominal. Finalizada a votação foram
082 computados: doze votos na quarta proposta, dois votos na primeira proposta e um voto
083 na terceira proposta. Sendo vencedora a quarta proposta. Durante a votação alguns
084 conselheiros solicitaram que fossem feitos estudos para possibilitarem as transmissões
085 nas reuniões presenciais. Passando ao item seguinte da pauta: aprovação do calendário
086 de reuniões ordinárias do CEC, biênio 2023/2025, o Presidente franqueou a palavra para
087 a secretária executiva, para que ela fizesse a apresentação da proposta, que já estava
088 exposta na tela. A secretária executiva confirmou que as reuniões ordinárias
089 continuariam acontecendo sempre nas primeiras quintas-feiras do mês, das quatorze às
090 dezessete horas e que as extraordinárias seriam agendadas sempre que houvesse
091 necessidade, durante as reuniões ordinárias. O conselheiro Sebastião Ribeiro havia
092 enviado uma proposição, dentro desse ponto de pauta, para que a cada bimestre o
093 Conselho realizasse reuniões extraordinárias a fim de debater pontos específicos das
094 Políticas Públicas de Cultura do Estado, com sugestão para debater, em agosto, sobre
095 Políticas Públicas para o Patrimônio Imaterial, com atenção aos mestres dos grupos de
096 folclore e cultura popular, convidando-se a Federação de Bandas de Congo, a Comissão
097 de Folclore e outros representantes do setor. O Presidente disse que esses pontos de
098 pautas podem ser colocados nas reuniões ordinárias, não precisando de reuniões
099 extraordinárias por esse motivo. O Presidente lembrou que esse ano serão realizadas as
100 conferências de cultura, que é de extrema importância para essa circulação. Dessa
101 forma, o conselheiro Sebastião retirou a proposta, devido a realização das conferências,
102 e disse que retornaria com ela, posteriormente em 2024. A conselheira Veronica Gomes
103 disse que as reuniões em outros municípios, como proposta para 2024 é interessante,
104 mas que para o momento atual ficará muito intenso. O conselheiro Daniel disse que
105 agora é o momento de ficar intenso, mobilizar todo mundo e circular para validar a Paulo
106 Gustavo, a Aldir Blanc e tudo que está acontecendo. O Presidente observou que não

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

107	seria necessário criar mais reuniões, e que poderia ser utilizado o calendário de reuniões,
108	atividades correlatas às conferências, e a mobilização da própria comissão de
109	monitoramento com a presença dos conselheiros. O Presidente sugeriu refazer o
110	calendário, definindo as datas das reuniões online e reuniões presencias, conforme a
111	proposta aprovada. Passando ao item seguinte da pauta: confirmação dos nomes dos
112	membros que comporão a Comissão de Defesa do Patrimônio Cultural da Mata Atlântica,
113	o Presidente franqueou a palavra para o conselheiro Alessandro, que contextualizou aos
114	novos conselheiros sobre a aprovação do Parecer da Câmara de Patrimônio Natural,
115	apresentado em novembro/dezembro, que contestou alguns documentos feitos por
116	órgãos públicos do Estado, que haviam analisado equivocadamente a opinião dos
117	conselheiros. Disse que foi feito um parecer de cento e sessenta páginas, sendo
118	aprovado por unanimidade pelo Conselho, com ajuda de advogados e parceiros, bem
119	como uma reunião com o IPHAN. Salientou que quando uma área é tombada ela fica
120	para sempre, que o parecer foi desenvolvido com mais de trinta leis, teses de
121	doutorados, uma excelente pesquisa que diferencia a jurisprudência e as epistemologias
122	do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Natural. Diante disso, foram sugeridos alguns
123	nomes, que se pede confirmação nessa reunião: os três conselheiros da Câmara de
124	Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico: Sebastião Ribeiro, Cloves Mendes e
125	Alessandro, como presidente. Três representantes da SECULT, um representante da PGE
126	e um do IEMA; A secretária executiva confirmou a participação dos três representantes
127	da Secult: Patrícia Bragatto, Rodrigo Zotelli e Fernanda Magnago. As conselheiras
128	Daniella Bissoli e Júlia Meneghel, da Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis
129	e Acervos, também se disponibilizaram a participar. A conselheira Patrícia Cristine, da
130	PGE e o conselheiro Chander Rian, do IEMA, também confirmaram participação. O
131	conselheiro Alessandro disse que a comissão terá cento e oitenta dias de funcionamento,
132	e reiterou que todos os passos da comissão serão trazidos para as reuniões plenárias.
133	Passando ao item seguinte da pauta, apresentação do Plano de Implementação da Lei
134	complementar nº 195, Lei Paulo Gustavo, o Presidente trouxe questões mais gerais da
135	Lei. Disse que a Lei dispõe sobre apoio financeiro da união dos Estados ao Distrito Federal
136	e aos Municípios, para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural,
137	regulamentada pelo Decreto 11.525/2023. Falou das ações emergenciais, baseadas no
138	modelo da Lei Aldir Blanc, com execução descentralizada dos recursos transferidos aos
139	Estados, DF e municípios, mas incorporando aprimoramentos; que restitui ao setor
140	cultural os recursos que estavam parados no superávit financeiro do FNC e do FSA; que
141	ela foi construída a partir de inúmeras lives e plenárias realizadas na campanha pela
142	aprovação no Senado, e que foi promulgada após a derrubada do veto de que havia sido
143	objeto e se tornou a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Disse que trata
144	de R\$ 3,8 bilhões para aplicação em ações emergenciais que visem a combater e mitigar
145	os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o setor cultural. Destes, serão destinados:
146	R\$ 2,7 bilhões para ações do Audiovisual e R\$ 1,06 bilhão para ações nas outras áreas.
147	A distribuição para o Espírito Santo será de R\$ 75 milhões, sendo: R\$ 40 milhões para
148	o Fundo Estadual de Cultura e R\$ 35 milhões para os municípios capixabas. Disse que
149	para o Audiovisual tem apoio a produções audiovisuais, de forma exclusiva ou em
150	complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem de
151	recursos públicos ou financiamento estrangeiro. Uma parte para apoio de reformas,
152	restauros, manutenção e ao funcionamento de salas de cinema, incluindo adequação a
153	protocolos sanitários relativos à pandemia da covid-19, sejam elas públicas ou privadas,
154	bem como de cinemas de rua e de cinemas itinerantes; uma parte para capacitação,
155	formação e qualificação no audiovisual, apoio e cineclubes e à realização de festivais e
156	mostras de produções audiovisuais, preferencialmente por meio digital, bem como
157	realizado de rodadas de negócios para o setor audiovisual e para a memória, a
158	preservação e a digitalização de obras acervos audiovisuais, ou ainda apoio à
159	observatórios publicações especializadas e à pesquisa sobre audiovisual e ao

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

160 desenvolvimento de cidades locais. Uma parte para apoio às microempresas e às
161 pequenas empresas do setor audiovisual, essa modalidade não é executada por
162 municípios. Outra parte para as demais áreas, exceto audiovisual, como apoio ao
163 desenvolvimento da economia criativa e de economia solidária; Apoio a outras formas
164 de financiamento, a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações
165 culturais; Desenvolvimento de espaços artísticos e culturais diversos. Mostrou um
166 resumo dos valores e distribuição no Espírito Santo. A seguir, falou da participação social
167 e da obrigatoriedade de promover a discussão e consulta junto à sociedade civil, e disse
168 que os meios para o cumprimento da oitiva são os conselhos, fóruns direcionados às
169 diferentes linguagens artísticas e áreas culturais, audiências públicas, consultadas
170 públicas, sessões públicas e reuniões técnicas com potenciais interessados. Disse que
171 outro aspecto são as ações afirmativas, onde os entes deverão incluir ações afirmativas
172 para mulheres, população negra e culturas afro-brasileiras, povos indígenas, pessoas do
173 segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outras minorias. Podem ser previstos
174 critérios diferenciados de pontuação, ou por meio de cotas, de editais específicos ou
175 qualquer outro meio que garanta a participação e o protagonismo desses grupos. Sobre
176 a acessibilidade, disse que a lei prevê instrumentos de seleção em formatos acessíveis
177 para todos os públicos e projetos beneficiados que contêm medidas de acessibilidade. O
178 ciclo de execução da Lei Paulo Gustavo começou com a abertura de uma Plataforma, no
179 dia 12 de maio, e estão trabalhando em torno do plano de ação que deve ser apresentado
180 em sessenta dias, realizando escutas, apresentando ao CEC, trabalhando nessa
181 regulamentação local, e na sequência, a adequação orçamentária, o lançamento dos
182 editais e a prestação de contas, que deverá ser enviada vinte e quatro meses após o
183 recebimento dos recursos. Em seguida apresentou algumas regras para a execução dos
184 recursos: Remanejamento, Plataforma Transferegov.BR, Consórcios Municipais,
185 chamadas públicas, Cadastro Integrado e Novo Decreto do Fomento. Salientou que o
186 recebimento dos recursos estão condicionados ao compromisso com a adesão dos
187 Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Cultural, com o fortalecimento dos
188 conselhos, planos e fundos estaduais, distrital e municipais de cultura. A Subsecretária
189 Carol Ruas destacou e agradeceu a participação dos conselheiros nas reuniões
190 itinerantes, e comentou brevemente que essa Lei vem sendo debatida desde 2021, foi
191 promulgada em 2022, mas que só teve uma regulamentação, pelo Governo Federal, a
192 partir do Decreto 11.525, assinado pelo Presidente Lula, em 11 de maio, e que só depois
193 dessa data se deu o início de sua execução. Reforçou a fala do Presidente sobre a
194 operacionalização da lei e da importância do Sistema Nacional de Cultura, pois traz como
195 obrigatoriedade a adesão dos municípios, que terão que cumprir o CPF da Cultura.
196 Prosseguindo, o Presidente falou sobre o Plano de Implementação da LPG no ES, que
197 tem três eixos estratégicos: Participação social: conjuntos de ações de mobilização,
198 escuta e construção coletiva com a sociedade civil; Parceria com a Gestão Municipal:
199 Jornada de trabalho continua de suporte e troca entre a gestão estadual e os municípios;
200 e Estruturação interna: Série de medidas internas para a melhor aplicação da LPG no
201 contexto nas nossas legislações. A seguir, falou sobre a participação social: Mobiliza Lei
202 Paulo Gustavo; Consulta Pública, online, onde obteve 194 contribuições, com a
203 participação de 32 municípios; Instituição de Comissão Estadual de Monitoramento da
204 Lei Paulo Gustavo no ES; Gabinete Itinerante; Encontro com o Setor Audiovisual e
205 articulação com entidades parceiras da Mobilização. Sobre a Parceria com a Gestão
206 Municipal, comentou: Formação de Grupo de Trabalho para a implementação técnica e
207 jurídica da LPG nos municípios capixabas; Construção do Plano de Implementação
208 Integrado entre Estados e Municípios; Lançamento do Formulário de Escuta com
209 Gestores Municipais; Oficina Técnica LPG para Gestores; Mapa Cultural ES, acordo de
210 cooperação para utilização do Mapa pelos Municípios e Oficinas Formativas Mapa Cultura
211 ES, para Gestores. Finalizando, falou sobre a estruturação interna da Secult, informou
212 que já tem um Grupo de Trabalho interno, para execução; Articulação entre as

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

213 Secretarias de Governo; Regulamentação Estadual para adequação legal dos
214 instrumentos estaduais; Aperfeiçoamento da Plataforma Mapa Cultural; Programação
215 dos recursos: orçamento e instrumentos para destinação; e Planejamento de execução
216 e fluxo administrativo interno. A conselheira Verônica Gomes falou sobre sua
217 preocupação em relação a linguagem, onde estão os grupos invisíveis e os grupos que
218 não tem tanto acesso a elaboração dos editais, como o circo, ciganos e quilombolas,
219 solicitou que fosse usada uma linguagem mais simples. O Presidente disse que a Lei tem
220 esse espírito que dá acesso, e que recentemente incorporou a linguagem simplificada
221 nos nossos editais. A conselheira Cristina Bastos perguntou se haveria algum diferencial
222 por região, visto que as regiões mais afastadas têm mais dificuldade de participar. O
223 Presidente informou que todos os municípios do Estado podem participar e que todas as
224 prefeituras estão aptas para captar os recursos e lançarem seus próprios mecanismos.
225 A seguir, passando ao item seguinte da pauta: Comissão de Monitoramento da Lei Paulo
226 Gustavo, o Presidente falou sobre as atribuições da comissão, que seriam: Acompanhar
227 todos os processos relativos à implementação da Lei Paulo Gustavo no ES, colaborar
228 com a gestão em soluções para aprimorar o alcance e a boa execução da Lei;
229 representando os interesses da sociedade civil de todas as regiões do Estado. Realizar
230 análises e emitir manifestações sobre os documentos elaborados pela gestão durante a
231 aplicação da lei; formular denúncias sobre atos da administração pública, tanto a nível
232 municipal quanto a nível estadual; Sugerir ações para mobilização e engajamento dos
233 beneficiários; Indicar sugestões para aprimorar a distribuição dos recursos relacionados
234 à LPG; Apresentar pautas relacionadas à Lei Paulo Gustavo para apreciação do CEC;
235 Prestar contas sobre o trabalho da Comissão para o CEC, sempre que demandado;
236 Acompanhar as agendas de trabalho propostas pela SECULT durante a execução da LPG.
237 A Subsecretária Carolina Ruas destacou que a comissão de monitoramento é justamente
238 pela demanda ser muito específica, sendo um volume de recursos muito alto, cerca de
239 R\$75 milhões que estarão rodando nesse período no Estado do Espírito Santo, que serão
240 geridos tanto pelo Estado como pelos Municípios, desta forma tem a necessidade desse
241 controle social e diálogo com interlocução com a sociedade civil, acompanhando todas
242 essas atividades, e que a experiência da Lei Aldir Blanc foi crucial, sendo uma forma do
243 CEC delegar um grupo que fique dedicado a essa função. O Presidente seguiu dizendo
244 que a proposta da composição seria: representantes membros do Conselho Estadual de
245 Cultura; representantes do Setor Audiovisual Capixaba; representantes da SECULT;
246 representantes da sociedade civil de cada uma das seis macrorregiões, indicados pelo
247 CEC. Nesse sentido foi disponibilizado para que os voluntários dessas macrorregiões se
248 colocassem a disposição para cancelar os representantes, dando amplo acesso. A
249 conselheira Verônica Gomes lembrou que na comissão passada ela, Carlos Olá e o Álvaro
250 participaram da comissão, que tiveram muito trabalho, que precisaram procurar o
251 Ministério Público e disse que em sua opinião seria necessária a participação de um
252 advogado, e advertiu que a participação é de extrema importância, mas que demanda
253 muito trabalho. Finalizadas as manifestações, a secretária executiva iniciou a votação
254 para aprovação da criação da Comissão de Monitoramento da Lei Paulo Gustavo. Após
255 a votação, a criação da Comissão foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros
256 participantes. A seguir, o Presidente franqueou a palavra para os conselheiros se
257 manifestarem, para a composição da comissão: se disponibilizaram à participar, os
258 conselheiros: Verônica Gomes, Irineu Cruzeiro, e Martha Rocha. O conselheiro Sebastião
259 Ribeiro se justificou, dizendo que não poderia participar dessa comissão por ser
260 funcionário da Prefeitura e já estar inserido em uma outra comissão. A conselheira
261 Patrícia Cristine disse que não poderia fazer parte da Comissão, mas se colocou à
262 disposição, como advogada, para colaborar. O Presidente informou que essa proposta
263 será apresentada ao Setor de Audiovisual, para que as entidades também possam indicar
264 representantes para essa comissão, seguindo a convocatória para as macrorregiões para
265 que, após a composição, os nomes sejam homologados no Conselho. O conselheiro

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

266 Alessandro sugeriu que se convidasse o conselheiro Carlos Ola, antes do fechamento da
267 comissão. Passando ao último item da pauta, informes gerais, o conselheiro Alessandro
268 falou sobre a reforma da Rua da Lama e disse que tem conversado com os artistas e
269 empresários donos de estabelecimentos e que eles estão dialogando com o Secretário
270 de Cultura do município e que estão querendo conversar com o Secretário de Estado da
271 Cultura, para realizarem um choque de cultura quando finalizar a reforma da Rua da
272 Lama, em parceria com UFES, empresários da música, unindo forças pela cultura. Em
273 seguida, convidou para o ato público: PAREM O PORTO CENTRAL, que será realizado na
274 Praça Costa Pereira, às 13h30, no dia 15/06. Disse que o Porto Central está sendo
275 construído em Presidente Kennedy e que é um desastre ambiental e social anunciado e
276 autorizado. O Presidente informou sobre o Tenta Lab, evento financiado pela Lei de
277 incentivo à cultura, que vai acontecer na UFES e também o Festival de Cinema, que
278 começa essa semana, comemorando trinta anos de existência. O conselheiro Sebastião
279 Ribeiro disse que gostaria fazer a apresentação de uma proposição, mas que estava no
280 celular e que não conseguiria. A proposta consiste em que a presidência do Conselho
281 solicite ao Exmo. Governador do Estado, a alteração da designação da Secretária
282 Executiva do CEC, de QC01, para uma função de Gerente QCE03, ou outra função
283 equivalente, justificando que a Secretária Executiva desempenha função relevante, de
284 grande importância e com muita competência, e merece ser reconhecida. O conselheiro
285 Alessandro disse que apoia totalmente a sugestão do conselheiro Sebastião Ribeiro.
286 Disse que o trabalho de quem ocupa esse cargo de secretária executiva, a Angélica,
287 precisa ser mais valorizado, porque ela desempenha um trabalho hercúleo e que é
288 inacreditável como o salário é baixo. O conselheiro Cloves referendou a proposta do
289 conselheiro Sebastião Ribeiro e disse que concorda em número, gênero e grau. A seguir,
290 perguntou como procederia sobre a comissão criada para estudar a proposta de Jeton
291 para os conselheiros do CEC, e a secretária executiva informou que seria colocado como
292 ponto de pauta na reunião seguinte, para a composição dos membros da comissão. A
293 conselheira Verônica Gomes comentou sobre uma circular que havia recebido e que está
294 circulando nas redes sociais, da Federação Capixaba de Teatro, sobre uma nota de
295 repúdio referente aos resultados e a forma de como os editais estão procedendo, e
296 solicitou que seja trazido como ponto de pauta na próxima reunião do CEC e convidar a
297 FECATE para dialogar com o conselho sobre Política Cultural e LICC. A conselheira
298 Cristina Bastos perguntou sobre os resultados dos Editais, parabenizou pelo projeto do
299 Parque do Governador e perguntou quando serão colocadas as placas de identificação
300 das obras. O Presidente disse que os pontos de pautas devem ser enviados com
301 antecedência para análise e que os resultados dos editais são públicos e que são
302 divulgados no site da SECULT. Informou que o edital para inscrições de novas obras para
303 o Parque Casa do Governador estará aberto até o dia quinze. Disse que no domingo será
304 comemorado um ano do Parque Cultural Casa do Governador, com evento especial e
305 convidou a todos para participarem. Reforçou o convite para o Circula MinC, nova visita
306 do Ministério da Cultura com os Gestores, no dia 15/06, às 13h, no Palácio da Música
307 Sônia Cabral, e disse que é muito importante que o Conselho esteja presente, sobretudo
308 os membros da Comissão. Lembrou que hoje, tem o encontro do audiovisual, no Sônia
309 Cabral, às 19h e no dia 15/06, o Circula MinC, às 8h30, em frente ao Carlos Gomes com
310 a presença do Ministro das Obras, na solenidade de início das obras do nosso teatro.
311 Não havendo mais informes, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos,
312 e dos que participaram por meio das redes sociais, e encerrou a reunião. Eu, Maria
313 Angélica Tulli Netto, Secretária Executiva do CEC, lavro a presente Ata, que vai assinada
314 por mim, pelo Presidente e por todos os conselheiros presentes. Vitória, 27 de junho de
315 2023.

ASSINATURAS (25)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIA ANGÉLICA TULLI NETTO

SECRETARIO EXECUTIVO QC-01
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 20/12/2023 10:04:07 -03:00

MARIA VERÔNICA DO NASCIMENTO GOMES

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 16/10/2023 14:50:09 -03:00

DANIEL GONÇALVES MORELO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 11/12/2023 17:02:20 -03:00

LUCAS GUIMARÃES BLUNCK SCHUINA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 31/08/2023 15:18:07 -03:00

DANIELA COUTINHO BISSOLI

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 05/09/2023 14:58:13 -03:00

SEBASTIÃO RIBEIRO FILHO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/10/2023 12:50:29 -03:00

ALESSANDRO MONTENEGRO BAYER

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC-
SECULT-GOVES
SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 14:55:02 -03:00

BRUNO FIGUEIRA RAMOS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 19/12/2023 15:20:05 -03:00

ROSIMAR SILVA DOMINGOS

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 11/10/2023 14:31:02 -03:00

IGO DA SILVA CHRIST

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 18:47:58 -03:00

FERNANDA MAIA LYRIO

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 09:18:00 -03:00

FERNANDO CASTRO ROCHA

SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SUBSEC - SETUR - GOVES
assinado em 01/09/2023 09:09:08 -03:00

ANELISE ALVIM ESTEVES

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 07:46:41 -03:00

FABRICIO NORONHA FERNANDES

SECRETARIO DE ESTADO
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 19/12/2023 11:28:38 -03:00

MARTHA ALMEIDA ROCHA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/11/2023 14:32:16 -03:00

LEANDRA CARLA MOREIRA DOS SANTOS

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 09/10/2023 12:41:18 -03:00

CRISTINA SOUZA BASTOS

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 13/10/2023 15:51:07 -03:00

JULIA PELA MENEGHEL

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 10:58:17 -03:00

CLOVES MENDES NETO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 15:03:06 -03:00

VITOR TAVEIRA ROCHA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 19/09/2023 08:36:12 -03:00

LUCIANA SANTANA DE SOUZA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 17/10/2023 22:09:03 -03:00

DARCI SURLO DOS SANTOS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/10/2023 14:56:31 -03:00

PATRICIA CRISTINE VIANA DAVID

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/12/2023 17:24:54 -03:00

CLAUDIA BOTELHO

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/09/2023 10:41:45 -03:00

CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 09:18:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/12/2023 10:04:08 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARIA ANGÉLICA TULLI NETTO (SECRETARIO EXECUTIVO QC-01 - CEC - SECULT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-0K8F89>